

# (DES)IGUALDADES NAS ESTRATÉGIAS DE INSERÇÃO FEMININA DURANTE A EXACERBAÇÃO DA CRISE DO MERCADO DE TRABALHO DA REGIÃO METROPOLITANA DE SALVADOR

## INEQUALITIES STRATEGIES DURING THE EXACERBATION OF THE LABOUR MARKET'S CRISIS IN THE SALVADOR METROPOLITAN REGION

Laumar Neves de Souza<sup>(\*)</sup>  
Iracema Brandão Guimarães<sup>(\*\*)</sup>  
Leormínio Moreira Bispo Filho<sup>(\*\*\*)</sup>

### RESUMO

O objetivo deste artigo é compreender como as mulheres residentes na Região Metropolitana de Salvador (RMS) responderam ao fenomenal aumento da precarização do mercado de trabalho local, ocorrido entre os anos de 1997 e 2003. A tese que se defende aqui é a de que as mudanças ocorridas na economia brasileira, e em particular na economia baiana, na passagem dos anos 1990 para os 2000, impactaram de modo desigual não apenas o modo e as características da inserção de homens e mulheres no mercado de trabalho da RMS — situação essa que implicou numa redução das assimetrias estruturais entre gêneros, previamente existentes —, mas trouxeram diferenciações de inserção nesse mercado importantes também entre as mulheres metropolitanas. Sustenta-se, adicionalmente, a idéia de que muito provavelmente foram as mulheres na condição de filhas aquelas que mais se lançaram às fronteiras do mercado de trabalho metropolitano, uma vez que era, precisamente, esse grupo de mulheres o que menos pressionava o referido mercado de trabalho no exato momento em que o mencionado processo de precarização deixa, por assim dizer, de ser considerado grave e começa a assumir um caráter absolutamente alarmante.

**Palavras-chave:** trabalho feminino, divisão sexual do trabalho, estratégias familiares, mercado de trabalho, precarização.

### ABSTRACT

The objective of this article is analyzing how women who are resident in the Salvador Metropolitan Region (SMR) responded to the phenomenal increase in the local labour market precarization, which had occurred between 1997 and 2003. The thesis defended here is that the changes, which took place in the Brazilian economy, particularly in Bahia, during the 1990s to the 2000s, not only impacted the way of and characteristics for inserting men and women in the SMR labor market in an unequal way (this situation involved a reduction in previously existing structural asymmetries between genders), but also brought important differentiations on the occupational insertion among metropolitan women in this market. Additionally, it is confirmed the hypothesis that women — in the role as daughters — tend to throw themselves into the metropolitan labor market frontiers. It was precisely this group, which less pressured the labor market at the exact moment in which the precarization process stopped being considered serious and started to take on an absolutely alarming character.

**Key words:** female labour, sexual division of labour, family strategies, labour market and precarization.

---

(\*) Doutor em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Pesquisador da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI). laumar@sei.ba.gov.br.

(\*\*) Professora do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal da Bahia (UFBA) e Pesquisadora do Centro de Recursos Humanos/UFBA e do CNPQ. iracema@ufba.br.

(\*\*\*) Mestre em Economia pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Técnico da PED-RMS. leorminio@hotmail.com.

## INTRODUÇÃO

Quando se historia as diferentes conotações e/ou significados atribuídos ao conceito de estratégias familiares, no contexto dos estudos de população desenvolvidos na América Latina, constata-se que existe uma linha de investigação que tem privilegiado, de maneira especial, a análise de um aspecto vital nas estratégias familiares que é a participação e/ou inserção no mercado de trabalho dos diferentes membros da família.

Uma parte importante dessa linha de investigação é composta pelos estudos que se originaram a partir da necessidade de se conhecer de que modo as crises econômica e social que se abateram sobre os países dessa região, no alvorecer dos anos 1980, implicavam em alterações nas estratégias familiares — notadamente as levadas a cabo pelas famílias que compunham os estratos sociais de menor poder aquisitivo<sup>(1)</sup>.

No princípio dos anos 1990, bem como nos anos que se seguem, o interesse por esses estudos ganha novo fôlego em função de um processo de reestruturação econômica que agrava ainda mais as condições de funcionamento do mercado de trabalho, na medida em que provoca, entre outras coisas, uma elevação dos níveis de desemprego e uma diminuição generalizada dos rendimentos dos trabalhadores.

Efetivamente, as condições que imperaram na sociedade brasileira nesses dois períodos — redução das atividades econômicas, desemprego, inflação<sup>(2)</sup> e inexistência de políticas sociais compensatórias — provocaram a deterioração das condições de vida para extensas parcelas das famílias brasileiras, situação essa que trouxe, por conseguinte, severas restrições quanto às suas possibilidades de reprodução (MONTALI, 1990).

Tomando esses argumentos como pano de fundo, tem-se que o objetivo deste artigo é compreender como as mulheres residentes na Região Metropolitana de Salvador (RMS) responderam ao fenomenal aumento da precarização do mercado de trabalho local, ocorrido entre os anos de 1997 e 2003, e que se materializou, sobretudo, na elevação da taxa de desemprego de um patamar já extremamente desconfortável, para outro absolutamente insuportável.

Indiscutivelmente, a principal questão lançada por este artigo é procurar desvendar de que modo as transformações recentes na estrutura produtiva da economia da RMS, bem como do seu mercado de trabalho, se expressaram nas estratégias de inserção das mulheres metropolitanas no referido mercado.

Na realidade, espera-se identificar os principais traços da participação feminina no mercado de trabalho metropolitano no momento em que ocorreu, por assim dizer, o ápice

---

(1) Tal foi a gama de trabalhos que procuravam esclarecer essa questão, que *Telles* (1988), há quase vinte anos, ao analisar especificamente a situação nacional, chamava a atenção que perguntar como vivem os trabalhadores poderia, àquela altura, parecer redundante frente a tudo o que já se tinha escrito e discutido sobre as condições de vida e trabalho que vigoravam na sociedade brasileira. Segundo o argumento dessa estudiosa, eram inúmeras as pesquisas que apontavam para os vários expedientes mobilizados pelas classes trabalhadoras para fazer frente aos salários insuficientes, à rotatividade e instabilidade ocupacional, ao desamparo em que se encontravam os desempregados, à precariedade da assistência social etc.

(2) Depois da implantação do Plano Real, o fenômeno inflacionário passou a estar sob controle, deixando, portanto, de acarretar sérios ônus para a vida das famílias brasileiras.

da precarização desse mercado, ou seja, em 2003, e compará-los com aqueles que foram observados em 1997, período em que já se detectava um quadro bastante preocupante de deterioração das suas condições de funcionamento.

Vale notar que todas essas informações sempre são levantadas com a perspectiva de privilegiar a posição assumida pelas mulheres nas suas famílias, sem, contudo, estabelecer conexões mais aprofundadas tanto com a questão das diferentes fases de vida em que cada uma delas se encontra, quanto aos arranjos familiares aos quais pertencem.

A tese que se defende aqui é a de que as mudanças ocorridas na economia brasileira, e em particular na economia baiana, na passagem dos anos 1990 para os 2000, impactaram de modo desigual não apenas o modo e as características da inserção de homens e mulheres no mercado de trabalho da RMS — situação essa que implicou numa redução das assimetrias estruturais entre gêneros, previamente existentes —, mas trouxeram diferenciações de inserção nesse mercado importantes também entre as mulheres metropolitanas, as quais foram decisivamente determinadas pelas suas respectivas situações familiares e de idade.

Ao assumir essa perspectiva, busca-se comprovar que a tendência de expansão da participação das mulheres no mercado de trabalho metropolitano — fenômeno esse que vem sendo observado há longa data — não é resultado de um movimento harmônico em termos de intensidade, ou seja, é decorrente dos variados níveis de pressão que elas exercem sobre esse mercado, situação essa que é, inequivocamente, afetada tanto pelas injunções do mercado de trabalho, quanto pelas suas diferentes situações familiares.

Tomando esse argumento como suposto, sustenta-se, adicionalmente, a idéia de que muito provavelmente foram as mulheres na condição de filhas daquelas que mais se lançaram às fronteiras do mercado de trabalho metropolitano, uma vez que era, precisamente, esse grupo de mulheres que menos pressionava o referido mercado de trabalho no exato momento em que o mencionado processo de precarização deixa, por assim dizer, de ser considerado grave e começa a assumir um caráter absolutamente alarmante. Nessa medida, advoga-se também o ponto de vista de que a crise do mercado de trabalho da RMS assumiu uma magnitude tão descomunal que forçou as famílias metropolitanas a se “libertarem”, talvez de forma definitiva, de determinados valores que lhes eram caros e que guardavam uma estreita correlação com todo o processo de construção da imagem social da família na sociedade brasileira, situação essa que, por certo, também acabou trazendo intensos reflexos em termos das estratégias de vinculação de seus integrantes ao mercado de trabalho.

Dentro desse esquema de correção de rumo, espera-se que um dos eventos mais importantes tenha sido o “estilhaçamento” da “redoma” que, reforçada por valores culturais e sociais já em processo de mutação, “protegia” as mulheres que ocupavam, nas suas famílias, a posição de filhas das vicissitudes do mercado de trabalho, não as obrigando a ter uma participação mais efetiva como força de trabalho atuante e, portanto, lhes facultando uma condição de menor responsabilidade para com a manutenção material do grupo familiar. Caso isso venha se confirmar, de fato, os indivíduos dos dois sexos, nas condições de filhos

e filhas, passariam a ter níveis de participação no conjunto da força de trabalho mais próximos, situação essa que os colocaria, conseqüentemente, numa condição de maior similaridade no que tange ao comprometimento em tentar satisfazer as necessidades de manutenção do grupo familiar.

Sublinhados esses pontos, cabe informar que o presente estudo se baliza nas informações produzidas pela Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED) para os anos de 1997 e 2003, o que só foi possível graças ao fato do volume de informações levantadas nesses dois momentos permitir a realização de um amplo leque de investigações sobre diversos aspectos do mercado de trabalho regional, especialmente sobre seus componentes estruturais.

Além desta introdução, o trabalho encontra-se dividido em mais quatro partes. Inicialmente, busca-se mostrar como o panorama de crise instalada no contexto nacional afetou a família brasileira. Em seguida, procede-se uma apresentação geral do mercado de trabalho da RMS. Assim, comparando o ano de 1997 a 2003, abordam-se como os integrantes das famílias da RMS reagiram ao contexto de recrudescimento da crise instalada em 2003. Por fim, algumas considerações finais são emitidas.

## UM DURO GOLPE PARA A FAMÍLIA BRASILEIRA

A crise econômica instalada na economia nacional logo no início dos anos 1980, aliada às transformações que se processaram na estrutura produtiva na década de 1990, operou no sentido de trazer à tona uma redefinição da relação família-trabalho, na medida em que implicou, ao mesmo tempo, a diminuição da expansão das oportunidades de trabalho — o que contribuiu para a elevação do desemprego — e a precarização das relações de trabalho, materializada, principalmente, na eliminação dos postos de trabalho de melhor qualidade, no aumento da informalidade e na contração dos rendimentos do trabalho.

Essa redefinição da relação família-trabalho, de modo mais preciso, passou a ter lugar a partir do momento em que o principal mantenedor da família — papel tradicionalmente atribuído à figura do pai — se viu impossibilitado de continuar honrando os compromissos financeiros relacionados à manutenção da sua família. Em função disso, surge na família a necessidade de que outros membros (cônjuges, filhos e parentes) passassem a compartilhar responsabilidades quanto à obtenção de recursos financeiros e/ou materiais de modo a garantir a sua reprodução, situação essa que expressa o surgimento de rearranjos inovadores na relação família-trabalho que até então predominava, ao mesmo tempo em que indica mudanças na divisão sexual do trabalho na esfera familiar.

A ocorrência desse fenômeno, nas suas diferentes configurações, vem sendo acompanhada por vários estudiosos. Todavia, é *Montali* quem o tem analisado de forma mais sistemática e exaustiva nos últimos tempos. Segundo a cronologia indicada por essa pesquisadora, **observa-se, de fato, nos anos 1980, uma tendência de redução do peso do chefe entre os ocupados da família e de ampliação da importância dos demais componentes.**

Já na década seguinte, detecta-se, em decorrência, certamente, dos efeitos da reestruturação produtiva e da mudança no padrão de absorção da força de trabalho, a configuração de um novo padrão familiar de inserção no mercado de trabalho. Em verdade, nesse momento passou-se a verificar o escasseamento dos postos de trabalho ocupados predominantemente pelo público masculino, situação que promoveu crescente desemprego daqueles que eram os principais mantenedores das famílias (chefes masculinos e filhos, bem como filhas maiores de 18 anos) e maiores dificuldades de acesso dos jovens ao mercado de trabalho, sobretudo a partir de 1992, o que elevou a sua taxa de desemprego.

Essas duas situações podem ser identificadas nas estatísticas levantadas por essa autora. Conforme o seu relato,

“[...] se no início da crise da década de 80 os chefes de família representavam cerca de 45% dos ocupados da família na Região Metropolitana de São Paulo e os filhos 32%, com a agudização da mesma, em 1983, sua participação cai e eleva-se a dos filhos para 36,4%... No entanto, nos anos 90 altera-se essa tendência. Nota-se o estabelecimento de um padrão, onde a participação dos chefes de família (masculinos e femininos) se mantém em torno de pouco menos que a metade dos ocupados da família e no qual cai, progressivamente, a participação dos filhos, mais especialmente a partir de 1992 e cresce progressivamente, desde 1985, a participação do cônjuge entre os ocupados da família.

Dessa maneira, observa-se, a partir de 1992 até 2000, um padrão de inserção dos membros da família em que a participação do chefe (masculinos e femininos) fica ao redor de 48% dos ocupados, a participação da cônjuge cresce de 18% para 20% dos ocupados, a dos filhos cai de 26%, para oscilar entre 24% e 25%, e outros parentes e não-parentes oscila ao redor dos 6% dos ocupados. Padrão bastante distinto da composição dos ocupados da família de 1981, quando o chefe representava 45,3%, a cônjuge 13,5% e os filhos 31,8%” (MONTALI, 2004, p. 7-8).

Em função das mudanças que foram surgindo, passou a ser extremamente complicada a manutenção daquela situação em que a totalidade dos gastos familiares era coberta, exclusivamente, por um único provedor. Não por acaso, tornou-se inexoravelmente mais fluida a clara distinção de papéis existentes no interior da família, entre aqueles que são designados provedores e os que são considerados consumidores.

Esse foi, inequivocamente, um golpe muito duro disparado diretamente nas bases da família brasileira, na medida em que suscitou o aparecimento de uma nova configuração de poder entre marido e mulher, país e filhos, “ferindo”, definitivamente, a “ferro e fogo”, os ditames da tradição<sup>(3)</sup>.

---

(3) Como muito bem informa *Goldani* (1993), essa família é exatamente aquela que, desde os tempos de outrora, sempre foi estimulada pela sociedade e reforçada pela Igreja Católica, tendo suas bases de sustentação alicerçadas na idéia do patriarcado em que, “naturalmente”, a figura do pai exerce um papel de destaque dentro da hierarquia familiar, o que se manifesta, sobretudo, na autoridade que desempenha em relação à esposa e aos filhos. Ou, dito em outros termos, ele (o pai) é o detentor “legítimo” da autoridade, ao passo que mulher e filhos ocupam a posição de subordinados.

Além dessa característica, esse modelo de família apoiar-se-ia, segundo essa mesma autora, em algumas outras noções fundamentais, dentre as quais se destacam: a monogamia (estado conjugal em que o marido só pode estar ligado a uma mulher e vice-versa), a indissolubilidade das uniões (fortemente influenciada pelo catolicismo, em que se defende a idéia de que o que Deus uniu o homem não pode desunir) e a legitimidade da prole. E, por fim, uma última característica sua é a presença de parentes residindo no mesmo lar onde moram pai, mãe e filhos.

## O MERCADO DE TRABALHO METROPOLITANO NA PASSAGEM DOS ANOS 1990 PARA OS 2000

Todas as considerações encaminhadas a seguir em relação ao comportamento do mercado de trabalho metropolitano tomam como suposto a idéia de que o seu tamanho e as suas características espelham as circunstâncias diretamente relacionadas às magnitudes de sua população, da sua economia e do seu mercado e, ainda, dos lugares que essa região ocupa na economia nacional e na global, na hierarquia de cidades e nos fluxos de bens, serviços e de força de trabalho (BORGES, 2003b). É só a partir do momento em que essas idéias estão muito claramente definidas que se pode fornecer o retrato desse mercado de trabalho na passagem dos anos 1990 para os 2000.

Feita essa ponderação, cabe assinalar, de imediato, que dentre todas as regiões metropolitanas do Brasil, a RMS se distingue das demais em dois aspectos extremamente negativos, quais sejam: possuir a mais alta taxa de desemprego e congregar um considerável leque de trabalhadores claramente inseridos no âmbito da informalidade. Um conjunto de razões que justificam essa realidade pode ser encontrado nos elementos que conformam a dinâmica da economia local, mais precisamente nos fatores que condicionam sua demanda e oferta de força de trabalho.

Com efeito, a economia da RMS há muito se mostra incapaz de responder aos sinais emitidos pela oferta, no sentido de garantir baixas taxas de desemprego. Prova disso é que mesmo no auge do processo de desenvolvimento das forças produtivas da economia metropolitana, nos anos 1970 e 1980 (período no qual ocorreram expressivos investimentos tanto públicos quanto privados), não se conseguiu reduzir os excedentes de força de trabalho. Mesmo nesse período, mantém-se mais ou menos constante a proporção da PEA em atividades de baixa produtividade, associadas ao subemprego ou ao setor informal, bem como índices de desemprego elevados<sup>(4)</sup> (BORGES; FILGUEIRAS, 1995).

Esse ponto de vista é ratificado por *Azevedo*. Segundo esse autor, a economia da RMS foi fortemente afetada pelo processo de industrialização acelerado dos finais da década de 1970. Tal fato, conforme o seu relato, contribuiu para acentuar a heterogeneidade e a complexidade de suas relações de trabalho, as quais se expressam na conformação de um cenário em que podem ser observadas relações tradicionais semi-escravas do trabalho doméstico, assim como uma miríade de formas particulares de contratos de conta-própria, subempreitadas, comércio ambulante e microempresas, juntamente com relações claramente assalariadas das grandes empresas.

Seguindo a interpretação sugerida por *Borges e Filgueiras*, os anos 1980 caracterizaram-se como sendo um período de expansão do mercado de trabalho metropolitano. Segundo informam, no transcorrer desse período houve uma ampliação de vagas na indústria, no comércio e, principalmente, nos serviços. Ao que parece, isso só foi possível graças à ocorrência de dois acontecimentos: 1) o expressivo volume de investimentos movimenta-

---

(4) Na opinião de *Santos* (1998), tais problemas acabaram por se constituir em características estruturantes desse mercado de trabalho.

do pelo Pólo Petroquímico; e 2) o registro de um expressivo número de contratações, particularmente durante a primeira metade da década, na Administração Pública.

Tais autores ainda chamam a atenção para o fato de que a maior parte do aumento da ocupação (60,0%), registrado durante os anos 1980, foi motivada pelo crescimento do emprego no setor formal dessa região. Eles informam também que entre os anos de 1982 e 1989, seguindo uma trajetória de estruturação do mercado de trabalho, a participação dos empregados com carteira assinada no total de ocupados oscilou entre 51,0% e 55,0%.

Um outro elemento importantíssimo que ajuda a explicar o porquê da RMS possuir aqueles dois traços indelévels é, precisamente, o fato do seu mercado de trabalho ter se constituído, de forma natural, em área de atração dos excedentes de força de trabalho existentes no interior do Estado. Nas palavras de *Borges*, esse espaço passou a ser “um ponto de referência para o constante ‘ir e vir’ que integra o modo de vida de contingentes numerosos de trabalhadores baianos, há décadas forçados a fazer do nomadismo um ingrediente indispensável na estratégia de sobrevivência da família” (BORGES, 2003b, p. 76).

Como se poderá comprovar na seqüência, nos anos 1990 e seguintes algumas das referidas fragilidades do mercado de trabalho metropolitano se acentuaram ainda mais. Uma delas é, com certeza, a insistência na manutenção de um comportamento de ampliação do seu excedente estrutural de força de trabalho, ou seja, do contingente de desempregados. Isso pode ser visualizado nos números fornecidos pela Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED/RMS) para o período de tempo que cobre os anos de 1997 e 2003.

**Nesse intervalo de tempo, 1997/2003, houve, inegavelmente, um aumento considerável do número de pessoas desempregadas.** Basta ver que o contingente de desempregados aumenta sistematicamente, ano após ano, saltando de 292 mil, em 1997, para 468 mil, em 2003, movimento esse que corresponde a uma variação percentual de 60,3%. Essa ampliação do contingente de desempregados decorreu do aumento, muito superior, de 317 mil pessoas na PEA, relativamente ao crescimento verificado no contingente de pessoas ocupadas, da ordem de 142 mil, situação essa que indica que os mecanismos econômicos — capazes de dinamizar a economia da RMS e, portanto, criarem um ambiente favorável à expansão da renda e da ocupação — esboçaram um desempenho que ficou muito aquém do que foi observado para os mecanismos populacionais, ocasionados pela passagem da inatividade à atividade econômica (MENEZES, 2003).

Em termos de taxa, o desemprego total pula, nesse mesmo período, de um patamar de 21,6%, em 1997, para um outro, mais elevado, de 28,0% em 2003, situação essa que equivale a uma variação percentual de 29,6%. Cabe salientar, no entanto, que a forma de desemprego que mais se manifestou, nesse intervalo de tempo, foi o chamado desemprego aberto, atingindo 168 mil pessoas em 1997 e passando a fazer parte da vida de 284 mil indivíduos em 2003.

Analisando mais detidamente o fenômeno de ampliação do desemprego percebe-se que o desemprego oculto também assumiu dimensões significativas. Dentro do contingente da população que se encontrava na condição de desemprego oculto, a parcela que mais cresceu foi a dos indivíduos classificados como desempregados ocultos por trabalho precário, saltando de 81 mil pessoas para 127 mil, variação percentual de 56,3%. Esse movimen-

to é bem menos expressivo que o verificado para a parcela dos desalentados, haja vista que, de 1997 a 2003, o seu número pulou de 43 mil para 57 mil, o que implicou uma variação percentual de 31,1%.

Em face dessa diferença de comportamento na manifestação dos desempregos ocultos por trabalho precário e por desalento, cabe indagar quais seriam suas motivações. Uma argumentação interessante e que, certamente, contempla uma resposta satisfatória para esse fenômeno é a seguinte: num ambiente fortemente marcado pela queda dos rendimentos do trabalho, como tem sido o caso da economia brasileira, e da baiana em especial, torna-se praticamente impossível abster-se, por completo, da busca por uma ocupação de caráter regular e/ou até mesmo irregular por parte das pessoas que se encontram na condição de desempregados.

Isso, por certo, provoca reformulações importantes nas estratégias de inserção dos diferentes membros das famílias, tendo em vista que o padrão de vida de cada uma delas está intimamente relacionado com o nível de rendimento auferido por seus membros ao desempenharem qualquer tipo de ocupação no mercado de trabalho. Em virtude dessa realidade é que, desesperados, muitos trabalhadores, visando a obter algum tipo de rendimento, partem para desempenhar as atividades mais precárias possíveis para não agravar, ainda mais, o padrão de vida das suas famílias, fato esse que contribui, conseqüentemente, para elevar as taxas de desemprego oculto por trabalho precário.

Intuitivamente, esperar-se-ia que esse panorama de elevado desemprego devesse potencializar ainda mais a precarização do padrão de uso e remuneração da força de trabalho metropolitana. Todavia, esse cenário pouco animador não se confirmou na sua integralidade, haja vista a constatação de um maior nível de formalização da força de trabalho. Ou seja, amplia-se — seguindo a linguagem sugerida por *Borges* (2003a, 2003b) — a participação do chamado “núcleo duro”, estruturado do mercado de trabalho metropolitana, formado pelos postos de trabalho e trabalhadores assalariados cujas relações de trabalho são regidas pelo estatuto do trabalhador, o qual, conforme esclarece essa autora, está consubstanciado, fundamentalmente, na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), no Estatuto do Funcionário Público e na Previdência Social.

Antes, porém, de apresentar os números que espelham a ocorrência desse fenômeno — que pelo menos no plano mais imediato parece desmentir a argumentação em favor da exacerbação do cenário de precarização —, é preciso que se ressalte que a sua configuração, na passagem dos anos 1990 para os anos 2000, gerou grande surpresa, pois, como alertaram *Borges* e *Guimarães*, em função dos processos de reestruturação produtiva e abertura econômica, em curso na economia brasileira desde o início dos anos 1990, tornar-se-ia ainda mais débil a capacidade da economia da RMS de gerar empregos, sobretudo empregos de qualidade.

Segundo as indicações colhidas por essas autoras, para a primeira metade da década anterior, tais processos provocaram diminuição dos postos de trabalho no setor organizado da economia e, particularmente, na sua moderna indústria de transformação. Nesse contexto, acabou-se, por conseguinte, reforçando a importância das atividades com baixa produtividade, e ditas informais, na absorção da oferta de força de trabalho.



Nessa medida, havia toda uma expectativa de continuidade desse quadro na sequência imediata dos anos. Entretanto, ao se analisar a distribuição dos ocupados segundo a posição na ocupação na RMS, para os anos de 1997 e 2003, tem-se a real magnitude desse fenômeno de formalização. **Enquanto, em 1997, os trabalhadores com carteira de trabalho assinada do Setor Privado, juntamente com os assalariados do Setor Público, representavam 45,3% dos ocupados, em 2003 expandem essa participação para 48,9%.** Esse é um fenômeno por demais importante para o mercado de trabalho da RMS, tendo em vista que é a partir desse “núcleo duro” que se estruturam as outras condicionantes do mercado de trabalho metropolitano.

O problema é que essa maior formalização do mercado de trabalho da RMS se processou e/ou esteve condicionada simultaneamente à ocorrência de fatores prejudiciais à própria dinâmica de funcionamento da economia dessa região, como é o caso, por exemplo, da queda de rendimento dos trabalhadores. Isso é também o que revelam as informações divulgadas pela PED/RMS sobre o rendimento médio real dos ocupados e dos assalariados no trabalho principal para os anos de 1997 e 2003.

Os ocupados sofrem uma redução de seus rendimentos da ordem de 20,1% (passando de R\$ 889, em 1997, para R\$ 710, em 2003), ao passo que os assalariados enfrentam uma queda, ligeiramente menor, da ordem de 19,7% (passando de R\$ 1.005 para R\$ 807). Analisando, especificamente, a situação em termos de rendimento real médio dos assalariados com carteira de trabalho assinada, no período 1997 a 2003, em contraposição àqueles que não a possuem, percebe-se uma queda bem mais pronunciada para os primeiros, algo em torno de 20,3%, do que a que foi medida para esses últimos, no patamar de 3,0%.

Em virtude de tudo isso que foi relatado, chega-se à conclusão de que os trabalhadores metropolitanos e, portanto, suas respectivas famílias passaram, possivelmente, durante o período em foco, por grandes dificuldades no sentido de garantir a manutenção do seu padrão de vida, pois, como bem coloca *Borges*,

“[...] os ônus do desemprego e da ocupação precária não são suportados exclusivamente pelos indivíduos que os vivenciam. Pelo contrário, esses processos afetam um número bem maior de pessoas do que as vítimas normalmente contabilizadas nas estatísticas, porque os desempregados e os trabalhadores precarizados integram famílias que serão mais ou menos afetadas pelas experiências vivenciadas por seus membros no mercado de trabalho, em função da sua composição, da posição que o trabalhador atingido ocupa na família e dos recursos que essas dispõem para enfrentar as desventuras de um ou mais dos seus membros” (BORGES, 2006, p. 8).

Ainda seguindo o relato dessa estudiosa, a RMS registrou um expressivo crescimento do número de famílias com pelo menos um de seus membros nas fileiras dos desempregados e/ou ocupados em postos de trabalho precários. De acordo com os dados que conseguiu levantar, o número de famílias com desempregados quase triplicou, sofrendo um acréscimo de impressionantes 182% (BORGES, 2006).

No caso daqueles trabalhadores que se encontravam na condição de ocupados, no intervalo de tempo em foco, certamente as adversidades surgiram em função da queda dos rendimentos auferidos. Já para aqueles trabalhadores que se depararam com a condição de

desocupados, os reveses se originaram no fato de enfrentarem uma dificuldade homérica para se engajarem em alguma atividade que lhes assegurasse uma contrapartida monetária que fosse capaz de permitir, em não raros casos, a satisfação das necessidades mais elementares, como as relacionadas à alimentação.

É precisamente em função da impossibilidade de permanecer nessa situação por tempo indeterminado que o desempregado metropolitano é levado, como evidenciado anteriormente, a se satisfazer com alternativas ocupacionais mais precárias, fato esse que expande o grau de informalidade econômica, ou então com alternativas socialmente mais excludentes tais como auxílio de familiares e parentes.

Essa foi, diga-se de passagem, uma das principais conclusões de *Menezes*. De acordo com as informações reveladas por esse estudo,

“[...] as estratégias de sobrevivência dos desempregados são muito diferenciadas. Quando vistas pela ótica do gênero, tem-se que as mulheres desempregadas recorrem relativamente mais ao auxílio de familiares que trabalham (65,4%), ajuda de parentes (51,2%) e trabalhos irregulares (19,5%). Os homens, embora optando pelos mesmos mecanismos, se diferenciam nas proporções, de forma que recorrem preferencialmente aos familiares que trabalham (52,3%) e ao auxílio de parentes (48,1%). Quanto às formas mais formais de sobrevivência, mesmo considerando os baixos percentuais, pode-se observar uma maior inclinação dos homens para o uso do seguro-desemprego (2,4%) e do FGTS (2,0%) e aposentadorias e pensões (2,0%).”

## CARACTERÍSTICAS DA INSERÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO DA RMS POR CONDIÇÃO NA FAMÍLIA

Depois de ter feito uma breve reconstituição dos fatos que evidenciam como a relação família-trabalho se viu afetada diante das recorrentes convulsões da economia nacional e de ter sido realizada uma discussão sobre algumas das principais características do mercado de trabalho da RMS, é chegado o instante de constatar em que medida os diferentes integrantes das famílias metropolitanas reagiram ao contexto de agravamento da crise de precarização que se instalou no mercado de trabalho da RMS no período 1997/2003.

Antes, porém, de ir às “fotografias” que retratam essa realidade, revela-se prudente, e de bom tom, esclarecer que, em grande medida, toda a análise que segue — a qual procura observar os rebatimentos do aprofundamento da crise do mercado de trabalho da RMS, no período referido, em termos de mobilização para o trabalho dos diferentes integrantes da família metropolitana, dando ênfase especial, evidentemente, à participação esboçada pelas mulheres — acaba sendo uma espécie de “atualização” de todo um esforço interpretativo que fora empenhado por outros estudiosos, notadamente *Borges e Guimarães, Souza, Borges e Garcia, Rodarte e Costa*, com vistas a captar as nuances da participação feminina no referido mercado em outros horizontes temporais.

Nessa medida, alguns dos resultados encontrados neste estudo já tinham sido avistados/percebidos em trabalhos anteriores, ou seja, incluem-se no *hall* de tendências há muito detectadas pelos estudiosos que se dedicam a investigar as transformações que vêm

acontecendo, no decorrer do tempo, na relação família-trabalho. Fazer essa ressalva é importante na medida em que evidencia o quanto o presente estudo é tributário daqueles que o precederam, condição essa que assegura que muitas das informações que serão analisadas na seqüência não “caíram” aqui, por assim dizer, de pára-quadras.

Assinalados esses pontos, cabe ir logo dizendo que as estatísticas produzidas pela PED para a RMS, nos anos de 1997 e 2003, demonstram que todos os membros da família, à exceção dos indivíduos do sexo masculino que se encontravam na posição de chefes, passaram a exercer, em graus variados, uma mobilização mais intensa no sentido de pressionar o mercado de trabalho metropolitano.

Esse foi, inequivocamente, o sinal mais contundente do “contra-ataque” perpetrado pelos integrantes das famílias metropolitanas, em resposta ao espantoso avanço da precarização pelo qual passou o mercado de trabalho local nesse período, materializado, conforme já indicado anteriormente, no crescimento brutal da taxa de desemprego e na queda bastante expressiva do rendimento dos ocupados.

Esse movimento, em certo sentido, causa uma relativa estranheza para aqueles menos acostumados e, portanto, pouco afeitos à lógica de funcionamento do mercado de trabalho. Isso porque o senso comum recomenda que não parece ser uma atitude racional tentar se engajar nesse mercado em momentos em que ele se apresenta mais hostil à entrada de trabalhadores.

Esse ponto de vista, sem sombra de dúvida, encerra uma grande dose de razoabilidade, pois parece mais plausível que os trabalhadores devessem se manifestar mais ativamente, oferecendo sua força de trabalho ao mercado, exatamente no momento em que houvesse, por assim dizer, um aquecimento da demanda de trabalho, conjuntura essa que provoca, via de regra, uma diminuição do desemprego e pode causar, porém não necessariamente, algum impacto positivo no rendimento dos trabalhadores.

No entanto, foi precisamente por se tornar um ambiente menos receptivo a alguns trabalhadores que queriam — e precisavam — vender sua força de trabalho<sup>(5)</sup> que alguns outros, que até então, por razões as mais diversas, não pressionavam, partiram, também, para oferecerem a sua força de trabalho. O estabelecimento de tal situação trouxe, como corolário imediato, o aumento da pressão sobre o referido mercado, fenômeno esse que se traduziu e/ou foi captado pela elevação da taxa de participação.

Nessa medida, **o mercado de trabalho** acaba por se constituir num contexto que **atrai trabalhadores tanto em situações de expansão da atividade econômica** e, por conseguinte, da ocupação e da renda, **quanto em momentos** que, em tese, seriam **menos**

---

(5) Ao mencionar essa questão não se pode esquecer de fazer referência, novamente, às observações de *Offe e Hinrich* (1989, p. 49) em relação à posição estratégica especialmente desvantajosa da “mercadoria” força de trabalho no mercado. Segundo a letra desses dois autores, apesar da força de trabalho ser tratada em todos os mercados como mercadoria, a mesma não chega a esses mercados como grande parte das outras mercadorias. “Nas demais mercadorias, a quantidade, a qualidade, o local e o momento da oferta dependem de quais expectativas o respectivo ofertante pode ter sobre a possibilidade de colocação da sua oferta (ou pelo menos com elas variam em termos de estratégia de mercado). O surgimento de mercadorias ‘autênticas’ nos mercados é regulado, ou pelo menos condicionado, pelo critério de suas possibilidades de venda. E é exatamente isso que não acontece com a ‘mercadoria’ força de trabalho. [...] A força de trabalho depende do abastecimento continuado com meios de subsistência, que só pode ser obtido com sua ‘venda’, não pode ‘aguardar’ oportunidades de venda mais favorável, a não ser em limites muito estreitos”.

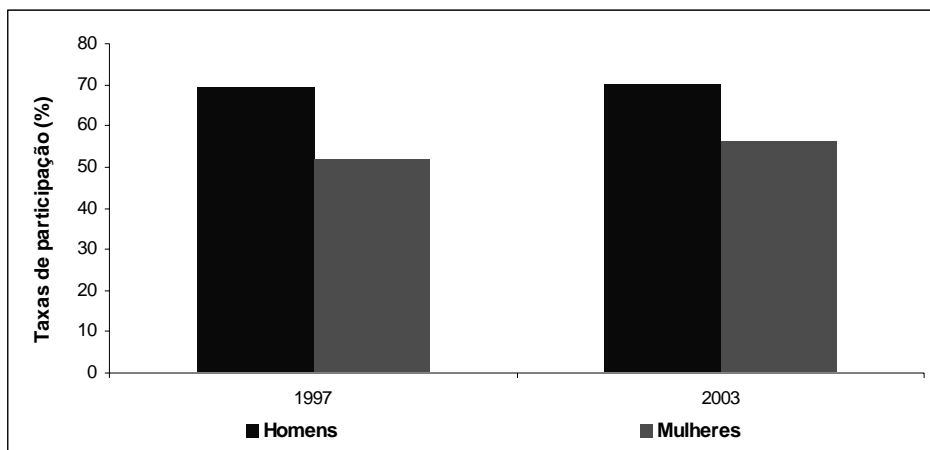
**adequados**, como foi o caso do período que compreende os anos de 1997 e 2003, quando os indicadores mais gerais do mercado de trabalho metropolitano, a exemplo da taxa de desemprego, revelavam a configuração de uma situação de extrema dificuldade para os trabalhadores, tendo em vista que parte considerável deles não conseguia êxito quando ofertava sua força de trabalho.

Isso significa dizer, em outros termos, que, “paradoxalmente”, quanto mais esse mercado frustrava, nesse intervalo de tempo, as intenções de oferta de trabalho dos trabalhadores metropolitanos, um conjunto cada vez maior deles se colocava à disposição para trabalhar, processo esse que, por via de consequência, expandia ainda mais a oferta de trabalho — pressionando as taxas de desemprego na direção da “estratosfera” — e forçava uma excessiva queda dos níveis de rendimentos dos trabalhadores.

### **CRISE INTENSIFICA PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES NO MERCADO DE TRABALHO METROPOLITANO**

Tendo isso em mente, pode-se afirmar, com base nas informações levantadas pela PED, que, de uma forma geral, foram as mulheres, sobretudo aquelas que estavam no papel de filhas, que mais ampliaram, no período de tempo em foco, a participação no mercado de trabalho regional. Prova desse maior ímpeto das mulheres, *vis à vis* aos homens, em se colocarem à disposição do mercado de trabalho nesse momento de crise, é encontrada no fato de que enquanto a taxa de participação delas cresceu por volta de 7,8% (saindo do patamar de 51,9%, em 1997, para 56,3%, em 2003), a deles apresentou uma elevação mais modesta, da ordem de 1,4%, visto que saiu de 69,3%, em 1997, para 70,3%, em 2003 (Gráfico 1).

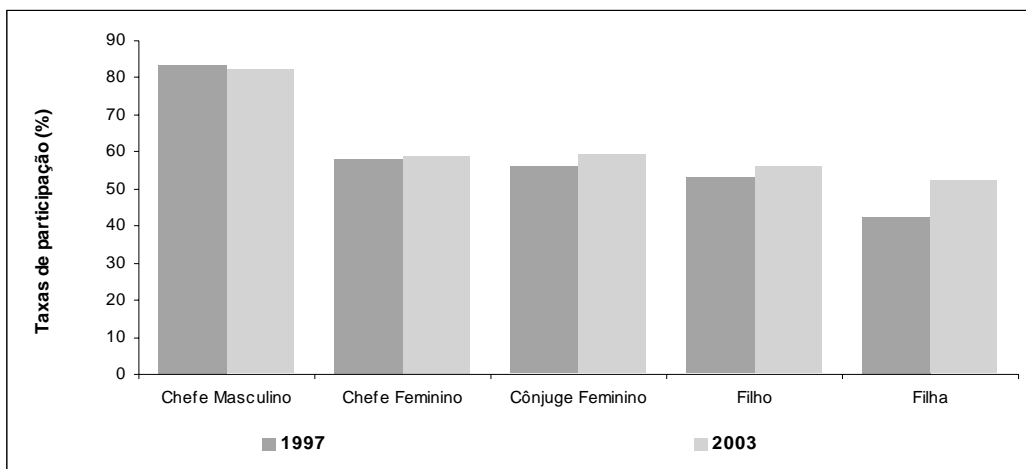
**Gráfico 1**  
**Taxas de participação, por sexo, Região Metropolitana de Salvador, 1997-2003**



Fonte: PED-RMS — Convênio SEI, SETRE, UFBA, DIEESE, SEADE, MTE/FAT.

No caso específico das filhas, observa-se uma elevação substancial da sua taxa de participação, que pulou do patamar de 42,4%, em 1997, para 52,2%, em 2003, situação que equivaleu a uma variação percentual de cerca de 23,1%. Essa “convocação” às avessas para que essas mulheres adentrassem as fronteiras do mercado de trabalho metropolitano foi, por certo, o evento mais marcante ocorrido na relação família-trabalho durante o período em que, como já se deixou claro, o mercado de trabalho regional vivenciou o seu momento máximo em termos de precarização da força de trabalho (Gráfico 2).

**Gráfico 2**  
**Taxas de participação, por posição na família, Região Metropolitana de Salvador, 1997-2003**



Fonte: PED-RMS — Convênio SEI, SETRE, UFBA, DIEESE, SEADE, MTE/FAT.

Com efeito, vê-se algo de singular nesse processo de ajuste e/ou de resposta dos integrantes das famílias metropolitanas à crise do mercado de trabalho da RMS, na medida em que exigiu exatamente daqueles que menos interação mantinham com esse mercado um maior esforço no sentido de se mobilizar para o desempenho de alguma atividade produtiva.

Para além das suas evidências mais explícitas, esse fenômeno parece indicar a superação de certa clivagem de gênero verificada no interior da família metropolitana, passando, enfim, filhos e filhas a terem responsabilidades mais homogêneas para com a manutenção do grupo familiar.

Nesse sentido, a referida crise pode ter funcionado como uma espécie de catalisador, acelerando e, portanto, “fornecendo ainda mais gás” ao processo — que, a rigor, movido ou não por questões de natureza econômica, já, há algum tempo, se encontra em pleno curso — de superação das relações de poder estabelecidas a partir de um padrão de família moldado na perspectiva patriarcal.

Seguindo essa linha de argumentação, um dos subprodutos benfazejos da crise que se abateu sobre o mercado de trabalho metropolitano no período 1997/2003, a qual ganhou

dimensões exponenciais, foi, indubitavelmente, o fato de ela ter ajudado a derrubar a idéia de que cabiam, dentro de um esquema de divisão sexual de papéis, aos indivíduos do sexo masculino que atuavam nas suas famílias como filhos as maiores prerrogativas no que diz respeito à satisfação das necessidades materiais do grupo familiar, comparativamente aos indivíduos do sexo oposto que também ocupavam essa mesma posição nas suas respectivas famílias.

Isso porque a agudização da crise do mercado de trabalho trouxe para filhos e filhas uma realidade bastante assemelhada em termos de pressão sobre o mercado de trabalho. Como já foi destacado anteriormente, a taxa de participação das filhas registrou um crescimento de 23,1%, percentual esse que era mais de 4 vezes superior à variação observada na taxa de participação dos filhos.

As mulheres chefes, por sua vez, comparativamente àquelas que se encontravam, nas suas respectivas famílias, nas posições de filhas e cônjuge, tiveram uma expansão bem mais comedida da sua taxa de participação. De forma mais precisa, constatou-se que para esse grupo de mulheres a taxa de participação mudou de 58,2% para 59,1%, acréscimo que se traduziu em uma variação percentual de apenas 1,5%.

O desenho desse cenário, no qual **a taxa de participação das mulheres chefes evidenciou certa “timidez” para se elevar, enquanto as apuradas para as mulheres cônjuges e filhas esboçaram maior fôlego de expansão**, acabou conduzindo ao estabelecimento de uma situação em que eram as mulheres cônjuges que, no auge da crise do mercado de trabalho metropolitano, passaram a exercer sobre esse mercado a pressão mais vigorosa.

Esse foi inquestionavelmente um sinal emitido pela família metropolitana que não apenas corroborou o processo de mudança lenta e gradual dos valores e atribuições impostos às mulheres pela sociedade — o qual vem se expressando, entre outras coisas, na obsolescência paulatina da idéia de que o trabalho doméstico deva ser uma atividade exclusiva das mulheres —, mas, também, fez com que os rendimentos dos cônjuges femininos, dada a gravidade da crise, passassem a ter, numa dimensão que nunca antes havia sido verificada, uma função absolutamente indispensável na composição do orçamento familiar. Nos arranjos familiares compostos por casal com filhos com ou sem parentes, por exemplo, a contribuição dos cônjuges femininos na massa de rendimento total familiar cresceu de 18,9%, em 1997, para 21,8%, em 2003.

A configuração desse quadro revelou-se completamente inusitada, uma vez que, por força da tradição — bem como das circunstâncias que marcaram e definiram, ao longo dos anos, a realidade da RMS no que tange à presença de mulheres chefiando famílias —, sempre coube às mulheres chefes, dentro do universo feminino metropolitano, bem como em outros espaços, o exercício da pressão mais intensa em termos de participação no mercado de trabalho.

A julgar por essas informações, torna-se lícito supor que, talvez, por já se encontrar no patamar mais elevado, em 1997, a taxa de participação dessas mulheres tenha — comparativamente àquelas que foram apuradas para as mulheres com outras posições na família — encontrado maior resistência para se elevar, contexto esse que espelhou, certamente, as suas homéricas dificuldades de inserção no mercado de trabalho nesse período de crise,

fazendo com que o acréscimo do ponto de vista da sua participação nesse mercado assumisse um caráter marginal e, por conseguinte, menos expressivo.

Traçado esse panorama — que procura elucidar, em linhas bastante gerais, que tipo de acomodação ou arranjo a dita crise do mercado de trabalho metropolitano forçou estruturar em termos da participação dos diferentes integrantes das famílias residentes na RMS —, cabe insistir num ponto absolutamente crucial, qual seja, que esse movimento de maior presença nesse mercado esboçado especialmente pelas mulheres que estavam na condição de filhas, bem como, em menor medida, por aquelas que se encontravam exercendo outros papéis nas suas respectivas famílias, serviu para estreitar o tamanho da diferença em relação às taxas de participação medidas para os indivíduos do sexo oposto em posições semelhantes no âmbito familiar.

Nesse particular tem-se, por exemplo, que enquanto em 1997 a taxa de participação dos filhos era cerca de 25,5% maior do que a que era medida para as filhas, em 2003 essa diferença passou a ser de apenas 7,7%. Uma outra forma de revelar esse estreitamento entre as taxas de participação de filhos e filhas é observando que no primeiro ano em apreço a taxa de participação das filhas correspondia a cerca de 79,7% da taxa mensurada para os filhos, ao passo que no segundo passou a representar 92,9%.

Muito embora tenha havido essa intensificação da pressão feminina sobre o mercado de trabalho metropolitano — fenômeno esse impregnado de vários sentidos, visto que foi síntese de múltiplas determinações originadas em diferentes esferas da vida em sociedade —, as mulheres residentes na RMS, como ficará evidente na seqüência, não conseguiram superar muitos dos aspectos que tornam a vinculação da sua força de trabalho ao mercado mais fragilizada do que a realizada pelos indivíduos do sexo oposto.

A observação dessa questão se revela importante na medida em que não oculta e/ou não omite que o mercado de trabalho metropolitano manteve, na sua fase mais crítica, como um dos seus traços indelévels, determinadas idiosincrasias no que tange ao trabalho feminino. Em verdade, há pelo menos dois motivos para se adotar uma postura cautelosa na interpretação das informações que dão conta dessa maior “disposição” das mulheres para participarem do mercado de trabalho.

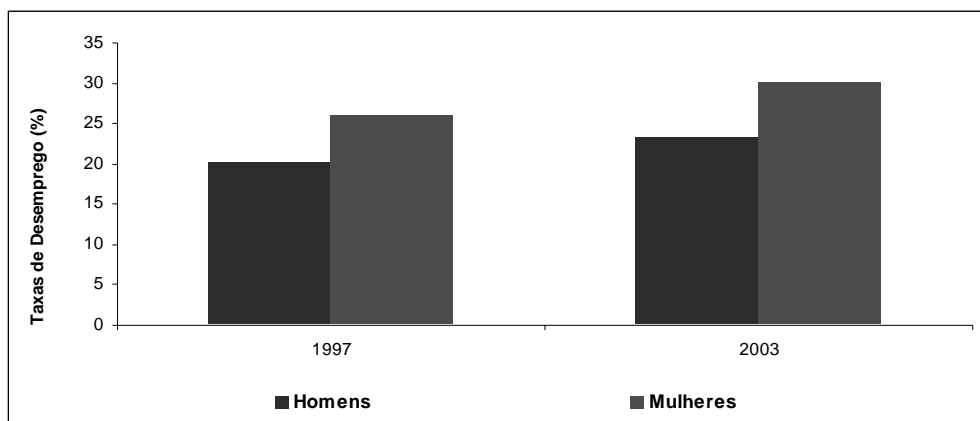
O primeiro é que apesar desse movimento de maior presença das mulheres nesse mercado poder ser visto como uma conquista, novos espaços ainda precisam ser abertos, muitas dificuldades necessitam ser superadas. Uma prova incontestada dessa realidade desfavorável pode ser encontrada, por exemplo, no fato de que **em 2003**, conforme indicado acima, **a taxa de participação dos homens ainda era cerca de 14 pontos percentuais superior à das mulheres**, o que refletia, de maneira categórica, as maiores dificuldades que as mulheres tinham, e ainda têm, para se inserir no mercado de trabalho metropolitano.

O segundo, por seu turno, guarda relação com o fato de que essa maior presença das mulheres no mercado de trabalho metropolitano pode ser explicada, em boa medida, pela maior suscetibilidade que possuem para enfrentar condições mais penosas nesse mercado, situação que acaba “favorecendo” que a sua força de trabalho seja intensamente requisitada em ambientes fortemente marcados pela precarização, como foi o caso desse mercado no período de tempo que cobre os anos de 1997 e 2003.

## CRISE DESEMPREGOU MAIS HOMENS, MAS MULHERES CONTINUARAM A TER TAXAS DE DESEMPREGO MAIORES

A primeira coisa que se tem a fazer nesta parte do trabalho é descrever como o agravamento do desemprego constatado no período 1997/2003 atingiu, genericamente, os universos masculino e feminino. Assim sendo, pode-se dizer que muito embora o desemprego incidisse, tanto em 1997 quanto em 2003, mais fortemente sobre o universo feminino (23,3% e 30,1%, respectivamente) que no masculino (20,1% e 26,1%), a sua ampliação afetou praticamente com a mesma intensidade os homens e as mulheres. Prova disso é que enquanto a taxa de desemprego total deles sofreu uma variação percentual de aproximadamente 29,9%, a delas registrou uma variação percentual de cerca de 29,2% (Gráfico 3).

**Gráfico 3**  
**Taxas de desemprego, por sexo, Região Metropolitana de Salvador, 1997-2003**



Fonte: PED-RMS — Convênio SEI, SETRE, UFBA, DIEESE, SEADE, MTE/FAT.

Até certo ponto essa informação produz certa surpresa, na medida em que as mulheres pressionaram muito mais que os homens o mercado de trabalho metropolitano, situação já revelada no crescimento mais acentuado da taxa de participação feminina em comparação com a masculina. Portanto, pelo menos em tese seriam elas e não eles que deveriam sofrer, dado o contexto extremamente desfavorável, um acréscimo maior na taxa de desemprego total.

Destacado esse ponto, tem-se que quando se confrontam as taxas de desemprego, por posição na família, segundo o tipo de desemprego (Tabela 1) que foram contabilizadas em 1997 e 2003, imediatamente alguns fatos chamam a atenção. Um deles é que, tanto em 1997 quanto em 2003, as maiores taxas de desemprego total correspondiam à posição de filha. Um outro foi a elevação vertiginosa registrada nas taxas de desemprego total de homens e mulheres que ocupavam a posição de chefe de família. No caso dos chefes homens, observou-se que a referida taxa saltou de 12,8% para 17,2%. Já para os chefes mulheres, a ascensão da taxa de desemprego total assumiu a seguinte dimensão: pulou de 14,4% para 18,8%. Um terceiro, e último, é que as mulheres que estavam na posição de



cônjuge também passaram a conviver com uma taxa de desemprego total mais elevada, crescendo de 20,5%, no primeiro período, para 27,1%, no segundo, o que correspondeu a uma variação percentual de 32,2%.

**Tabela 1**  
**Taxas de desemprego, por posição na família, segundo tipo de desemprego,**  
**Região Metropolitana de Salvador, 1997-2003**

Tipo de Desemprego	Posição na Família (%)					
	Total	Chefe Masculino	Chefe Feminino	Cônjuge Feminino	Filho	Filha
1997						
Total	21,6	12,8	14,4	20,5	32,6	36,2
Aberto	12,4	5,6	7,3	11,4	19,5	24,1
Oculto	9,2	7,2	7,1	9,1	13,1	12,1
Trabalho precário	6,0	6,4	4,7	4,3	9,3	5,0
Desalento	3,3	-	-	4,8	3,8	7,1
2003						
Total	28,0	17,2	18,8	27,1	40,9	43,2
Aberto	17,0	7,9	11,3	16,3	25,7	30,1
Oculto	11,1	9,4	7,5	10,8	15,2	13,1
Trabalho precário	7,6	8,2	5,2	5,8	11,1	6,8
Desalento	3,4	-	-	5,0	4,2	6,3
Variação % 1997-2003						
Total	29,6	34,4	30,6	32,2	25,5	19,3
Aberto	37,1	41,1	54,8	43,0	31,8	24,9
Oculto	20,7	30,6	5,6	18,7	16,0	8,3
Trabalho precário	26,7	28,1	10,6	34,9	19,4	36,0
Desalento	3,0	-	-	4,2	10,5	-11,3

Fonte: PED-RMS — Convênio SEI, SETRE, UFBA, DIEESE, SEADE, MTE/FAT.

Ao se analisar em maior profundidade as estatísticas que constam da Tabela 1, é possível afirmar também que o desemprego aberto era um fenômeno que afligia especialmente as mulheres na condição de filhas. Não obstante, de um período a outro, o problema do desemprego aberto se agravou mais entre os homens que estavam na condição de filhos (de 19,5% para 25,7%, variação percentual de 31,8%) que entre as filhas (de 24,1% para 30,1%, variação percentual de 24,9%). De igual modo, o enfrentamento do desemprego por desalento revelou-se um problema que se ampliou notadamente entre os filhos (de 3,8% para 4,2%), ao passo que se arrefeceu para as filhas, visto que recuou de 7,1% para 6,3%.

Em que pese ter havido a redução desse tipo de desemprego entre as filhas no intervalo de tempo analisado, ainda permaneceu acentuada a distância que separava as taxas de desemprego por desalento medidas para filhos e filhas. Se no primeiro período a taxa de desemprego por desalento delas era 86,8% superior à medida para eles, mais recentemente, ou seja, em 2003, passou a ser 50,0% maior.

No que diz respeito ao desemprego oculto por trabalho precário (ou desemprego com bico), verificou-se que a taxa medida para as filhas aumentou 36,0%, do primeiro para o

segundo período, ao passo que a taxa apurada para os filhos cresceu com uma intensidade bem menor, cerca de 19,4%. Também não seria para menos, uma vez que foram precisamente as filhas que mais pressão exerceram no sentido de se inserir no mercado de trabalho metropolitano, num período de escasseamento das oportunidades de ocupação.

Isso significa que elas, ao tentarem e não conseguirem uma ocupação de caráter regular e contínuo, passaram a executar atividades de natureza irregular e descontínua, que “apareciam” — as quais, como se sabe, não oferecem expectativas seguras quanto à obtenção de rendimentos — de tal modo a poder compartilhar maiores responsabilidades no que se refere à manutenção do grupo familiar.

Esse é mais um resultado que, de certo modo, confirma a argumentação, levantada anteriormente, de que um dos corolários mais marcantes da exacerbação da crise do mercado de trabalho metropolitano no período que compreende os anos de 1997 e 2003 foi dar continuidade ao questionamento de determinados valores fundados na idéia da divisão sexual de papéis dentro da sociedade.

Pouco alarde seria causado, caso fosse observado um resultado oposto a esse. Isso porque a incidência do desemprego com bico entre os homens, de uma forma geral, e os filhos, de modo particular, sempre foi justificada pelo fato de que para eles existia uma expectativa social muito mais implacável no que se refere à responsabilidade de arcarem com o seu próprio sustento, bem como com o dos demais membros da sua família. Quando essa situação prevalecia, esses indivíduos eram levados a compulsoriamente se sujeitarem, com mais freqüência, aos trabalhos mais insatisfatórios, enquanto, efetivamente, não conseguiam um emprego.

Insistindo um pouco mais nessa questão do avanço do desemprego oculto por trabalho precário, cabe pontuar que ele se revelou um problema de mais elevada expressão também para os cônjuges do sexo feminino, assim como para os chefes masculinos. Observando-se, pontualmente, caso a caso, tem-se que entre elas a taxa de desemprego por trabalho precário saiu de 4,3% para 5,8%, movimento que correspondeu a uma variação percentual de 34,9%. Já entre eles, a referida taxa saltou de 6,4% para 8,2%, crescimento que significou uma variação percentual de 28,1%.

A verificação desses acontecimentos sugere que a crise do mercado de trabalho metropolitano “desferiu” um golpe certo na família metropolitana e, por conseguinte, na “face” dos seus integrantes, na medida em que tornou mais cambaleante a sua, já combalida, capacidade de manter-se e reproduzir-se ao longo do tempo.

Com efeito, não há como negar que esse “desprendimento” para marcar espaço nesse mercado, esboçado pelos diferentes integrantes dessas famílias — “aceitando” a realização de tarefas que eram, a rigor, a antítese daquilo que se conhece como uma relação normal de trabalho, o que envolve, entre outras coisas, a definição, *a priori*, da duração da jornada de trabalho diária, da freqüência com que se executa o trabalho, da previsibilidade quanto ao ganho de rendimentos e do acesso a um conjunto de direitos e benefícios garantidos em lei —, foi prova cabal da maior mobilização para o trabalho exercitada pelo conjunto dos trabalhadores na RMS.

## MULHERES CHEFES E FILHAS AMPLIARAM PARTICIPAÇÃO NA OCUPAÇÃO TOTAL

Como foi visto até aqui, a maior pressão exercida pelos integrantes das famílias metropolitanas sobre o mercado de trabalho local traduziu-se numa elevação, sem paralelo, da taxa de desemprego, fenômeno que foi sentido, como já se disse, por todos eles em diferentes graus de intensidade e formas. Entretanto, essa conjuntura de fracasso na busca por uma ocupação não prevaleceu entre os membros dessas famílias de modo generalizado. Alguns deles, apesar de terem convivido com o infortúnio do desemprego, conseguiram incrementar sua participação no conjunto da ocupação total.

De acordo com as informações da Tabela 2, que retrata a distribuição da ocupação por posição na família, é possível constatar que enquanto os homens que se encontravam na posição de chefes e filhos diminuíram sua participação no total da ocupação, as mulheres chefes e filhas tiveram sua participação incrementada. Já a representatividade dos cônjuges femininos na ocupação total não foi alterada, permanecendo no patamar de 18,1%.

**Tabela 2**  
**Distribuição da ocupação, por posição na família, Região Metropolitana de Salvador, 1997-2003**

Posição na Família	Distribuição da Ocupação (%)		
	1997	2003	Varição em pontos % 1997-2003
Total	100,0	100,0	
Chefe Masculino	34,8	34,4	-0,4
Chefe Feminino	9,3	11,7	2,4
Cônjuge Feminino	18,1	18,1	0,0
Filho	14,3	13,1	-1,2
Filha	10,3	11,1	0,8
Outro	13,2	11,6	-1,6

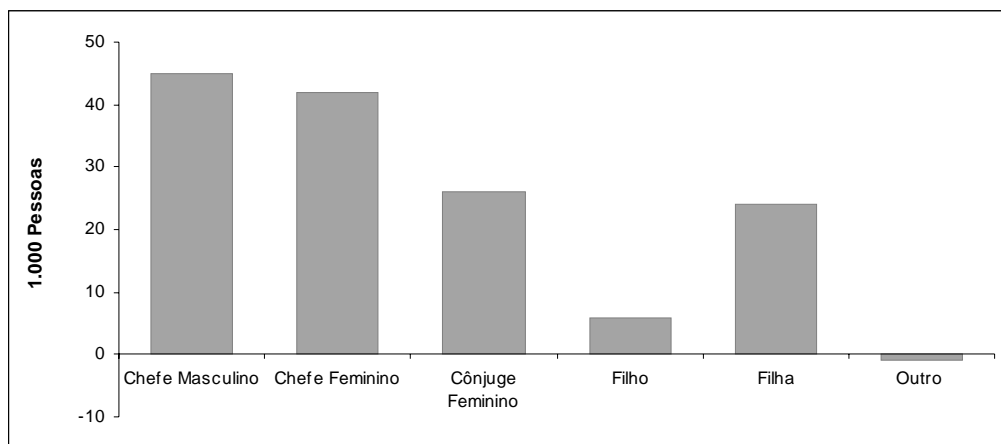
Fonte: PED-RMS — Convênio SEI, SETRE, UFBA, DIEESE, SEADE, MTE/FAT.

Uma outra questão que salta os olhos ao se analisar essa última tabela diz respeito ao fato de a ampliação da representatividade das mulheres filhas no conjunto da ocupação não conseguir compensar a queda que foi registrada para os homens na condição de filhos, de tal sorte que o agregado filhos (categoria que inclui, obviamente, os indivíduos dos dois sexos) perdeu importância, mesmo que de forma moderada, no contexto ocupacional da RMS. De forma mais precisa, tem-se que os filhos, em 1997, representavam 24,6% dos ocupados, ao passo que, em 2003, passaram a representar 24,2%. Esse resultado, diga-se de passagem, está em sintonia com o encontrado por *Montali* para a Região Metropolitana de São Paulo (RMSP).

A conformação desses movimentos fez com que os homens na condição de chefes e filhos passassem a ter menos expressão no conjunto da ocupação total (de 49,1% para 47,5%) e as mulheres chefes, cônjuges e filhas ganhassem mais representatividade, passando de uma situação em que respondiam por 37,7% de toda a ocupação existente em 1997, para uma outra, em 2003, na qual passaram a responder por 40,9%.

Representando essa realidade em números absolutos, tem-se que foram incorporadas ao conjunto de ocupados 92 mil mulheres (42 mil chefes, 26 mil cônjuges e 24 mil filhas), contingente muito mais expressivo do que o número de trabalhadores masculinos aí acrescentados, que atingiu um total de 51 mil indivíduos, sendo 45 mil chefes e 6 mil filhos (Gráfico 4). Como resultado, em 2003 as mulheres chefes, cônjuges e filhas ocupadas perfaziam um total de 492 mil pessoas (23,0% a mais que no ano de 1997), ao passo que os homens chefes e filhos totalizavam 571 mil indivíduos (apenas 9,7% a mais que em 1997).

**Gráfico 4**  
**Incremento de ocupação, por posição na família, Região Metropolitana de Salvador, 1997-2003**



Fonte: PED-RMS — Convênio SEI, SETRE, UFBA, DIEESE, SEADE, MTE/FAT.

Não obstante ter persistido uma maioria de homens chefes e filhos na condição de ocupados (47,5% em 2003), o incremento mais expressivo do contingente feminino aproximou a participação relativa de indivíduos de ambos os sexos nessa condição, ou seja, a parcela de homens chefes e filhos ocupados, que era cerca de 30,2% superior à de mulheres chefes, cônjuges e filhas no início do período, reduziu para 16,1% no final.

### **QUEDA GENERALIZADA DE RENDIMENTO FEZ DIMINUIR ASSIMETRIAS**

**Independentemente das posições assumidas nas suas respectivas famílias, todos os trabalhadores da RMS tiveram perdas consideráveis de rendimento no período 1997/2003.** Em termos médios, eles experimentaram, nesse intervalo de tempo, um recuo importante do rendimento médio real de cerca de 20,0%. Tal movimento refletiu a queda desse indicador do patamar de R\$ 937, em 1997, para o nível de R\$ 749, em 2003. Contudo, foram os indivíduos dos dois sexos que ocupavam nas suas famílias a condição de chefes os que mais duramente sofreram as conseqüências desse fenômeno de queda generalizada do rendimento, ou seja, tiveram as mais expressivas perdas (Tabela 3).

**Tabela 3**  
**Rendimento médio real, por posição na família, Região**  
**Metropolitana de Salvador, 1997-2003**

Posição na Família	Rendimento Médio Real (R\$)		
	1997	2003	Variação % 1997/2003
Total	937	749	-20,0
Chefe Masculino	1.418	1.056	-25,6
Chefe Feminino	899	696	-22,6
Cônjuge Feminino	816	669	-18,0
Filho	595	523	-12,1
Filha	547	472	-13,7

Fonte: Pesquisa PED-RMS — Convênio SEI, SETRE, UFBA, DIEESE, SEADE, MTE/FAT.

(1) Inflator utilizado: IPC da SEI de janeiro de 2007.

De modo mais preciso, observou-se que entre os chefes homens o rendimento médio real cedeu do patamar de R\$ 1.418, em 1997, para R\$ 1.056, em 2003, o que significou uma redução percentual de 25,6%. Enquanto isso, entre as mulheres chefes constatou-se um decréscimo percentual um pouco menor, da ordem de 22,6%, situação que traduziu a queda do rendimento médio real do patamar de R\$ 899, em 1997, para R\$ 696, em 2003.

O fato da queda de rendimento que se verificou para os homens chefes ter sido mais pronunciada do que a registrada para as mulheres chefes conduziu a uma situação de menor assimetria entre o rendimento dos chefes homens e dos chefes mulheres. Isso porque, se no primeiro período, 1997, o rendimento delas representava, aproximadamente, 63,4% do rendimento auferido por eles, no segundo momento, 2003, passou a equivaler a 66,0%. Contexto similar a esse foi observado entre os homens chefes e os cônjuges femininos.

Já entre filhos e filhas, apurou-se uma situação completamente diferente da descrita acima, ou seja, ao invés das distâncias de rendimento entre eles serem encurtadas, passou a haver um afastamento ainda maior. Em que pese a ocorrência desse episódio, o mesmo não pode ser interpretado de forma tão acintosamente negativa, posto que era precisamente entre tais indivíduos que se registravam as maiores aproximações em termos de rendimento.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Uma das pretensões desse trabalho foi procurar analisar as modificações que se processaram na forma de funcionamento do mercado de trabalho da RMS, na passagem dos anos 1990 para os anos 2000, que trouxeram alterações significativas do ponto de vista das condições sociais de reprodução da força de trabalho local. Ao fazer esse comentário, é preciso que se reconheça também que em função da exploração das informações da PED, as quais, por razões óbvias, não conseguem dar conta de toda a diversidade de situações que envolvem o social, alguns elementos importantes no sentido de assegurar que as referidas condições sejam satisfeitas não puderam ser contemplados aqui.

Isso, ao mesmo tempo em que revela certa limitação do trabalho, abre novas possibilidades de análise, tornando por demais oportuno o lançamento de outras iniciativas que procurem revelar os outros “modus operandis” utilizados pelos trabalhadores metropolitanos — e de modo especial por aqueles do sexo feminino —, com vistas a enfrentarem o processo de luta pela sobrevivência, ou, pensando em termos mais abrangentes, o processo de reprodução social — conceito esse que se refere à recriação do social em diferentes âmbitos: individual, familiar, grupal e societal.

Sublinhada essa questão, cabe considerar que não restou dúvida de que o mercado de trabalho metropolitano enfrentou no período 1997/2003 o seu momento de pior agrura. Em face da configuração de um quadro tão adverso, expresso na subida exponencial da taxa de desemprego e na queda colossal do rendimento dos ocupados, se tornava factível supor — mesmo ponderando que o ingresso da mulher na força de trabalho dependia de outras questões que extrapolavam o espectro dos acontecimentos circunscritos ao mundo do trabalho — que houvesse uma intensificação da sensibilidade do segmento feminino às oscilações conjunturais, que, caso viesse a se confirmar, colocaria sob questão um padrão que vinha reafirmando-se nas últimas décadas: a ampliação da participação feminina independentemente das adversidades do mercado de trabalho (MARQUES *et al.*, 2004 não consta nas referências).

Quem, por acaso, apostou nesse desfecho, errou feio no prognóstico. Isso porque **foram precisamente os trabalhadores pertencentes ao universo feminino os que mais se lançaram aos desígnios do referido mercado, pressionando as suas fronteiras**, numa fase em que ele se mostrava absolutamente hostil à entrada de trabalhadores.

O dado novo que se revelou nesse momento crucial foi, indubitavelmente, a alavanca sofrida pela taxa de participação das mulheres na condição de filhas. Esse evento, quando conjugado com aquele que retratou a expansão do desemprego oculto por trabalho precário, coloca em evidência a tese daqueles que sustentam a idéia de que a família brasileira e, por conseguinte, a família da RMS, vem perdendo, definitivamente, a capacidade que havia esboçado no passado, especialmente no transcorrer da década de 1980, de ser uma espécie de amortecedora da crise.<sup>(6)</sup>

Embora essa leitura, mais estritamente associada ao campo da economia, deva, efetivamente, ser colocada em pauta quando se procura entender as significações do fenômeno de elevado crescimento da taxa de participação das filhas, o aspecto mais importante da sua ocorrência parece ser o rompimento com aquela situação na qual prevalecia, no âmago dessa família, certa clivagem de gênero, passando então os indivíduos na condição de filhos e filhas a terem compromissos mais homogêneos com a manutenção do ponto de vista material do grupo familiar. Este foi, por assim dizer, o grande achado deste trabalho de investigação.

Como bem se disse, a referida crise pode ter trazido, nas suas entrelinhas, alguns elementos que talvez tenham dado ainda mais ímpeto ao processo — que detonado ou não

---

(6) Tal amortecimento se dava, via de regra, a partir do momento em que a família não envidava esforços no sentido de atenuar a carência de políticas sociais por parte do poder público, bem como no instante em que acolhia os seus integrantes que se encontravam na condição de desempregados.

por questões de natureza econômica, já vinha sendo observado na sociedade brasileira, de uma forma geral, e na baiana, em particular, há bastante tempo — de construção de um novo padrão de família, menos influenciado pelo modelo patriarcal, que, como assinalado anteriormente, serviu de alicerce para a família brasileira, bem como para as famílias existentes em outras partes do mundo.

É bom que fique claro que não se comunga aqui da idéia de que o desenho desse contexto de crise detonou uma situação de desestruturação da família metropolitana. Ao invés disso, defende-se o ponto de vista de que essas circunstâncias malfadadas, que marcaram presença no mercado de trabalho da RMS, acabaram, possivelmente, reforçando os laços de solidariedade existentes no interior da família metropolitana, visto que obrigaram um maior engajamento dos seus integrantes — inclusive daqueles que “menos se preocupavam” — com as questões relativas ao suprimento das suas condições materiais.

Em face dos resultados encontrados para o comportamento das taxas de participação dos indivíduos dos dois sexos, em diferentes situações familiares, pode-se atestar que, em decorrência da verificação de um cenário de extrema incerteza e precarização no mercado de trabalho da RMS, não restou alternativa à família metropolitana senão mobilizar todos os seus integrantes, à exceção dos homens revestidos da condição de chefes de família, para esboçarem um maior envolvimento com a questão da sobrevivência, situação essa que acabou exigindo deles uma maior capacidade de articulação com vistas a assegurar a satisfação das necessidades econômicas do grupo familiar. Tal acontecimento foi, indubitavelmente, o sinal mais eloqüente emitido por essa família no sentido de se contrapor aos elementos econômicos e sociais que “jogavam” a favor da sua desestruturação.

Ao comentar essa questão é preciso estar atento também ao fato de que, por um lado, os referidos contratempos vivenciados pelo mercado de trabalho da RMS produziram os efeitos colaterais positivos de impor a necessidade de a família metropolitana desvencilhar-se da redoma que “protegia” as mulheres filhas — conferindo-lhe a prerrogativa de pressionar menos intensamente o mercado de trabalho — e de redimensionar socialmente o trabalho das mulheres no núcleo familiar, questões essas, ainda nos dias de hoje, altamente contaminadas pelos seus valores patriarcais. Por outro, no entanto, não foram fortes o suficiente para suplantarem muitas das singularidades que fragilizavam a inserção feminina no referido mercado.

Vale notar que esta última colocação é absolutamente oportuna, posto que relativiza o peso das questões mais intimamente ligadas ao campo da economia, ao tempo em que, por via de consequência, realça a influência dos aspectos relacionados às outras dimensões da vida social, algumas vezes na abertura e outras tantas na obstrução do caminho que conduz à superação das diferenças que marcam e distinguem a presença de homens e mulheres no mercado de trabalho.

Nesse particular, cabe registrar que, em boa medida, **os resultados** apresentados **confirmaram a permanência de uma tendência de aproximação das condições que homens e mulheres enfrentavam no mercado de trabalho.** Efetivamente, o quadro esboçado revelou-se, aparentemente, contraditório, pois como diante de uma situação de precarização exponencial do mercado de trabalho da RMS se poderia delinear um panora-

ma que apontasse para um estreitamento das diferenças que distinguem a participação dos universos feminino e masculino na força de trabalho? Conforme se viu, o estabelecimento dessa situação é perfeitamente possível, bastando para isso, apenas, que alguns fatos ocorram.

Um cenário desse tipo pode decorrer, como foi o caso, das mudanças detonadas pelo processo de reestruturação produtiva, o qual trouxe novos contornos tanto para os setores produtivos quanto para o mercado de trabalho. O fato é que dentro desse contexto de mudanças a força de trabalho acaba sofrendo alguns impactos. Desse modo, estando os homens mais presentes naqueles setores fortemente afetados pela reestruturação produtiva, seria natural esperar que essas mudanças afetassem de forma mais intensa o universo masculino que o feminino.

Concomitantemente a isso, contribuiu para a conformação desse cenário de menores diferenças entre a condição feminina e masculina no mercado de trabalho o fato das mulheres aumentarem substancialmente, sob certos aspectos, o potencial de utilização de sua força de trabalho, na medida em que, por exemplo, elevaram de maneira decisiva o seu grau de escolaridade, requisito fundamental, nos dias de hoje, para que qualquer trabalhador demande uma inserção melhor posicionada no mercado de trabalho.

Em função da verificação desse cenário de redução de assimetrias, procurou-se, neste trabalho, adotar uma postura descritiva e analítica das informações que privilegiasse, na medida do possível, acentuar as similitudes entre a condição feminina e masculina. Além do mais, em virtude da forma como as informações foram apresentadas, foi possível também perceber as diferenciações de inserção entre as mulheres, que, como ficou evidente, foram profundamente marcadas por suas respectivas situações familiares e de idade.

Assim como pontuado em SEADE (2002), essas clivagens em termos de participação do universo feminino não podem, em absoluto, ser ajuizadas como falsas diferenças entre mulheres que trabalhavam porque queriam e outras porque precisavam. Por motivos vários, as mulheres queriam e precisavam trabalhar e demonstraram isso de maneira exemplar na RMS, durante os glórios anos de crise do seu mercado de trabalho.

Uma característica marcante deste trabalho diz respeito ao fato de que mesmo privilegiando os aspectos que tornaram mais semelhante a inserção de homens e mulheres, em diferentes posições na família, no mercado de trabalho, não nega, em nenhum momento, o grau de diferenciação e as maiores dificuldades que incidiram sobre a força de trabalho feminina em comparação com a masculina.

Isso ficou explicitado em várias passagens do texto. Na parte, por exemplo, em que se discutiu o crescimento das taxas de participação de homens e mulheres no mercado de trabalho, evitou-se adotar uma postura de festejamento. Ao invés disso, nesse estágio, optou-se por assumir um comportamento interpretativo mais cauteloso, procurando mostrar que apesar do crescimento da taxa de participação das mulheres ter sido proporcionalmente maior do que o medido para eles, a pressão exercida pelas mulheres no mercado de trabalho continuou sendo significativamente menor que a esboçada pelos homens.

Não bastasse essa razão para validar essa postura menos festiva, há ainda uma segunda. Esta, por seu turno, refere-se à maior suscetibilidade das mulheres para enfrentarem



condições mais penosas no mercado de trabalho, situação essa que acaba “potencializando” a utilização da sua força de trabalho em momentos críticos, em ambientes fortemente marcados pela precarização, como foi o caso do mercado de trabalho metropolitano no período 1997/2003.

Estar atento à observação dessas particularidades e condicionantes revelou-se uma característica absolutamente imprescindível da análise que foi empreendida, tendo em vista que não ocultou e/ou não omitiu que o mercado de trabalho metropolitano manteve, na sua fase mais crítica, como um dos seus traços definidores, determinadas idiossincrasias no que tange ao trabalho feminino.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AZEVEDO, José Sérgio Gabrielli de. Mudanças no padrão de ocupação na RMS. *Bahia Análise & Dados*, Salvador: SEI, v. 8, n. 4, p. 9-26, mar. 1999.

BORGES, Ângela. Impactos do desemprego e da precarização sobre as famílias em três metrópoles brasileiras. In: Encontro Nacional de Estudos Populacionais, 15. *Anais...* Caxambu: Associação Brasileira de Estudos Populacionais, 2006.

\_\_\_\_\_. A desestruturação do mercado de trabalho de uma metrópole periférica. *Cadernos Ceas*, Salvador, n. 208, p. 43-61, nov./dez. 2003a.

\_\_\_\_\_. *Desestruturação do mercado de trabalho e vulnerabilidade social: a região metropolitana de Salvador na década de 90*. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, 2003b.

BORGES, Ângela; FILGUEIRAS, Luiz. Mercado de trabalho nos anos 90: o caso da RMS. *Bahia Análise & Dados*, Salvador: SEI v. 5, n. 3, p.30-36, dez.1995.

BORGES, Ângela; GUIMARÃES, Iracema Brandão. A mulher e o mercado de trabalho nos anos 90: o caso da região metropolitana de Salvador. In: ROCHA, Maria Isabel Baltar (org.). *Trabalho e gênero no Brasil: mudanças, permanências e desafios*. São Paulo: Editora 34, 2000.

\_\_\_\_\_. A participação da mulher no mercado de trabalho da RMS nos anos 90. *Bahia Análise & Dados*, Salvador: SEI, v. 7, n. 2, p. 53-68, set. 1997.

GARCIA, Lúcia Santos; RODARTE, Mario Marcos Sampaio; COSTA, Patrícia Lino. Emancipação feminina e novos arranjos familiares nas regiões metropolitanas brasileiras entre as décadas de 1990 e 2000. In: Encontro Nacional de Estudos Populacionais, 15. *Anais...* Caxambu: Associação Brasileira de Estudos Populacionais, 2006.

GOLDANI, Ana Maria. As famílias no Brasil contemporâneo e o mito da desestruturação. *Cadernos Pagu*, Campinas: Unicamp, n. 1, 1993.

MENEZES, Wilson. Uma análise estrutural do desemprego na região metropolitana de Salvador: 1997-2000. In: *Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia*. Descaminhos no mercado de trabalho. Salvador: SEI, 2003. (*Série estudos e pesquisas*, 66).

MONTALI, Lília. Rearranjos familiares de inserção, precarização do trabalho e empobrecimento. In: Encontro Nacional de Estudos Populacionais, 14. *Anais...* Caxambu: Associação Brasileira de Estudos Populacionais, 2004.

\_\_\_\_\_. Família e trabalho na Grande São Paulo: notas sobre os arranjos familiares na crise do início dos anos 80. In: Encontro Nacional de Estudos Populacionais, 7. *Anais...* Caxambu: Associação Brasileira de Estudos Populacionais, 1990.

OFFE, Claus; HINRICH, Karl. Economia social do mercado de trabalho: diferencial primário e secundário de poder. In: OFFE, Claus. *Trabalho e sociedade: problemas estruturais e perspectivas para o futuro da sociedade do trabalho*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989.

SANTOS, Luiz Chateaubriand Cavalcanti. Modernidade e tradição: mudanças recentes na estrutura setorial do emprego na RMS. *Bahia Análise & Dados*, Salvador: SEI, v. 8, n. 2/3, p. 46-52, dez. 1998.

SEADE. Arranjo familiar e inserção feminina no mercado de trabalho da RMSP na década de 90. *Mulher & Trabalho*, São Paulo, n. 10, dez. 2002.

SOUZA, Laumar Neves de. *Uma análise da inserção feminina no mercado de trabalho da RMS: uma leitura a partir dos dados da PED*. Dissertação (Mestrado em Economia). Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2001.

TELLES, Vera da Silva. *Trabalho e família: a produção das diferenças entre trabalhadores urbanos*. São Paulo: ANPOCS/FORD, jul. 1988. Mimeografado. (Relatório final de pesquisa)